

Processo Seletivo Simplificado nº 29/2026

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo — MG

Prova divulgada para fins de interposição de recurso — Edital PSS nº 29/2026

PARTE I — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS — LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (Questões 1 a 20)

QUESTÃO 1

Sobre as modalidades de extinção e de exclusão do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O pagamento, a compensação, a transação, a remissão, a prescrição e a decadência são modalidades de extinção do crédito tributário expressamente previstas no CTN.
- (B) A anistia e a isenção são modalidades de exclusão do crédito tributário, impedindo seu nascimento; diferem da remissão, que é modalidade de extinção e pressupõe crédito já constituído.
- (C) A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e nas condições estabelecidas em lei, é modalidade de extinção do crédito tributário admitida pelo CTN.
- (D) A moratória é modalidade de extinção do crédito tributário, pois ao prorrogar o prazo de pagamento ela encerra definitivamente a obrigação do sujeito passivo na data da sua concessão.

QUESTÃO 2

Sobre o ISSQN e as regras de local de incidência (arts. 52 e 53 da LC Municipal nº 1.520/2017), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Como regra geral, o ISSQN é devido no local do domicílio do tomador do serviço, sendo o local do estabelecimento prestador aplicável apenas como exceção expressa na lei.
- (B) Para os serviços de construção civil descritos nos subitens 7.02 e 7.17 da lista anexa, o ISSQN é devido no local de execução da obra, constituindo exceção à regra geral do estabelecimento prestador.
- (C) O conceito de estabelecimento prestador exige obrigatoriamente a existência de estabelecimento com natureza jurídica autônoma, não se admitindo a caracterização de unidades econômicas sem personalidade jurídica.
- (D) Na hipótese de serviços prestados no exterior, o ISSQN é sempre devido no município do domicílio do prestador, independentemente da localização do tomador.

QUESTÃO 3

Sobre o tratamento dispensado ao Microempreendedor Individual — MEI — pela LC Municipal nº 1.676/2021, analise as afirmativas:

- I) Na vigência da opção pelo SIMEI, é vedado ao Município estabelecer retenção de ISSQN sobre os serviços prestados pelo MEI ou atribuir-lhe a qualidade de substituto tributário.
 - II) Os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos referentes a atos de abertura, inscrição, registro, alterações, baixa, concessão de alvará e de licença são reduzidos a zero para o MEI.
 - III) A tributação municipal do IPTU deve assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para realização de sua atividade no mesmo local em que residir, mediante aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade — residencial ou comercial —, sem prejuízo de eventual isenção ou imunidade existente.
 - IV) É vedado às concessionárias de serviço público municipais aumentar as tarifas pagas pelo MEI em razão da modificação de sua condição de pessoa física para pessoa jurídica.
- (A) Apenas I e II são verdadeiras.
 - (B) Apenas I, II e III são verdadeiras.
 - (C) Apenas II, III e IV são verdadeiras.
 - (D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 4

Nos termos do art. 3º do Código Tributário Nacional, tributo é:

- (A) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (B) Toda prestação pecuniária voluntária, instituída em lei ou ato normativo, que possa ou não constituir sanção de ato ilícito, cobrada discricionariamente pela administração.
- (C) A prestação pecuniária devida ao Estado a qualquer título, inclusive a título de multa por infração, desde que prevista em lei e cobrada por atividade administrativa vinculada.
- (D) Toda prestação compulsória em moeda estrangeira ou nacional, que constitua ou não sanção de ato ilícito, desde que instituída em lei complementar federal e cobrada administrativamente.

QUESTÃO 5

Sobre o fato gerador e a obrigação tributária, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pela denominação e características formais adotadas pela lei e pela destinação do produto da arrecadação.
- (B) A obrigação tributária principal tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária; a obrigação acessória, por seu turno, tem por objeto as prestações — positivas ou negativas — previstas na legislação tributária, e sua inobservância converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- (C) A obrigação tributária acessória só existe enquanto existir a obrigação principal correlata, extinguindo-se automaticamente junto com esta quando houver isenção.
- (D) O sujeito ativo da obrigação tributária é exclusivamente o contribuinte de fato, assim definido como aquele que suporta economicamente o ônus do tributo.

QUESTÃO 6

Sobre a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública — CIP — instituída pela Lei Municipal nº 1.594/2018, analise as afirmativas:

- I) O sujeito passivo da CIP é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, da unidade imobiliária, edificada ou não, situada no território do Município, não sendo excetuados os consumidores em área rural.
 - II) A arrecadação da CIP poderá ser realizada mediante lançamento em conjunto com o IPTU ou por outro meio previsto em decreto do Poder Executivo.
 - III) São isentos do pagamento da CIP os conselhos comunitários, em adição às entidades expressamente listadas no art. 8º da Lei Municipal nº 1.594/2018.
 - IV) A lei prevê expressamente a possibilidade de a concessionária de energia elétrica deduzir da arrecadação da CIP os valores devidos pelo Município à distribuidora, mediante autorização do Poder Executivo, observados os limites constitucionais.
- (A) Apenas II, III e IV são verdadeiras.
 - (B) Apenas I e II são verdadeiras.
 - (C) Apenas II, III e IV são verdadeiras.
 - (D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 7

Sobre o lançamento do ISSQN previsto na LC Municipal nº 1.520/2017, é CORRETO afirmar que:

- (A) O ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é lançado espontaneamente pelo próprio sujeito passivo, mensalmente, com base no preço do serviço.
- (B) O ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de pessoa jurídica — exceto subitens 3.03 e 22.01 — é lançado de forma espontânea, diretamente pelo próprio sujeito passivo, mensalmente, pela fórmula $\text{ISSQN} = \text{PS} \times \text{ALC}$.
- (C) O ISSQN sobre a prestação de serviço de construção civil em que o contratado é pessoa física é lançado espontaneamente pelo próprio contribuinte, mensalmente, com base no preço do serviço.
- (D) Todos os lançamentos do ISSQN são realizados de ofício pela autoridade administrativa, sendo vedado ao sujeito passivo efetuar recolhimento espontâneo.

QUESTÃO 8

Sobre as regras de local de incidência do ISSQN e de não incidência previstas na LC Federal nº 116/2003, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Como regra geral, o ISSQN é devido no local do domicílio do tomador do serviço; o estabelecimento prestador é utilizado como critério apenas nas exceções expressas do art. 3º da LC 116/2003.
- (B) O ISSQN não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País. Contudo, os serviços desenvolvidos no Brasil cujo resultado aqui se verifique não se enquadram nessa não incidência, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
- (C) Para os serviços de construção civil (subitem 7.02), o ISSQN é sempre devido no município do estabelecimento prestador, pois a competência tributária municipal é definida pelo local de constituição da empresa, e não pelo local de execução da obra.
- (D) O ISSQN incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego e sobre o trabalho de diretores e membros de conselho de sociedades, desde que remunerados por pessoa jurídica estabelecida no Município.

QUESTÃO 9

A Lei Municipal nº 1.758/2022 estabelece as competências da Administração Tributária de Monsenhor Paulo. Sobre a relação entre a Administração Tributária e os demais setores da Administração Municipal, bem como sobre a precedência do Fiscal de Tributos Municipais, analise o cenário:

"Durante procedimento fiscal de apuração do ISSQN, o Fiscal de Tributos Municipais requisitou documentos a outro setor da administração municipal. O responsável pelo setor negou o fornecimento, alegando que a solicitação não seguiu trâmites protocolares internos. O fiscal precisou interromper a diligência."

Com base na Lei Municipal nº 1.758/2022, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A conduta do responsável pelo setor foi correta, pois a precedência da Administração Tributária só se aplica em procedimentos extrafiscais e não em diligências fiscais internas.
- (B) A precedência da Administração Tributária, prevista no art. 13 da Lei Municipal nº 1.758/2022, assegura o recebimento prioritário de informações de interesse fiscal oriundas dos poderes públicos da Administração Direta e Indireta, de modo que a negativa do setor conflita com esse dispositivo.
- (C) O Fiscal de Tributos Municipais não tem prerrogativa de acesso a documentos de outros setores da administração municipal, pois sua autonomia técnica se restringe ao contato com contribuintes externos.
- (D) A negativa de fornecimento de documentos por outro setor é uma prerrogativa administrativa legítima e não pode ser contrariada pela precedência tributária, que se aplica apenas às relações entre o Município e contribuintes.

QUESTÃO 10

De acordo com a Lei Municipal nº 1.758/2022 — Lei Orgânica da Administração Tributária de Monsenhor Paulo —, sobre as atribuições e prerrogativas do Fiscal de Tributos Municipais, analise as afirmativas:

- I) O Fiscal de Tributos Municipais tem fé pública no desempenho de suas atribuições funcionais e prerrogativa de livre acesso a qualquer estabelecimento sujeito à fiscalização tributária, mediante identificação funcional, inclusive quando localizados em outros municípios.
 - II) A lei permite que o Fiscal de Tributos Municipais exerça a fiscalização de tributos não instituídos pelo Município, desde que essa função lhe tenha sido delegada pela entidade tributante.
 - III) O ingresso no cargo de Fiscal de Tributos Municipais exige formação em nível superior em Direito ou Ciências Contábeis, por se tratar de cargo de natureza exclusiva de Estado.
- (A) Apenas I é verdadeira.
 - (B) Apenas I e II são verdadeiras.
 - (C) Apenas II e III são verdadeiras.
 - (D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 11

De acordo com a LC Municipal nº 1.520/2017 (art. 5º), os tributos de competência do Município de Monsenhor Paulo são:

- (A) Impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (B) Apenas impostos e taxas, não se incluindo a contribuição de melhoria no sistema tributário municipal.
- (C) Impostos, taxas, contribuição de melhoria e empréstimos compulsórios.
- (D) Impostos, taxas, contribuições sociais e contribuição de melhoria.

QUESTÃO 12

Sobre o Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos" a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis — ITBI — previsto na LC Municipal nº 1.520/2017, analise o cenário a seguir e responda:

"A empresa BETA Ltda., constituída em 2022, adquiriu um imóvel em Monsenhor Paulo em março de 2024, por meio de incorporação desse bem ao seu capital social. A empresa tem como objeto social principal a compra, venda e locação de imóveis. No primeiro exercício (2022 e 2023), 65% da receita operacional da empresa decorreu de operações de compra, venda e locação de imóveis."

Com base nesse cenário e nas disposições da LC Municipal nº 1.520/2017, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O ITBI não incide sobre a transmissão, pois o art. 34, I, da LC 1.520/2017 isenta expressamente a incorporação de bens ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, sem qualquer exceção.
- (B) O ITBI incide normalmente sobre a transmissão, pois a atividade preponderante da empresa BETA Ltda. é a compra, venda e locação de imóveis, configurando a hipótese do art. 35 da LC 1.520/2017 que afasta a não incidência do art. 34, I e II.
- (C) O ITBI não incide porque a empresa foi constituída há menos de dois anos e a lei não prevê a apuração da preponderância em casos de empresa recém-constituída.
- (D) A alíquota do ITBI aplicável ao caso é de 0,2%, por tratar-se de operação vinculada ao Sistema Financeiro de Habitação — SFH.

QUESTÃO 13

Sobre a responsabilidade tributária por substituição no ISSQN prevista na LC Municipal nº 1.520/2017, analise as afirmativas:

- I)** O art. 100 da LC 1.520/2017 atribui, em caráter supletivo do cumprimento total da obrigação tributária, às empresas e entidades tomadoras de serviços estabelecidas no Município a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ISSQN devido pelos seus prestadores.
 - II)** Havendo retenção e recolhimento do ISSQN pelo tomador de serviços, a responsabilidade tributária do prestador é substituída totalmente; não havendo, a responsabilidade do prestador também não é excluída, parcial ou totalmente.
 - III)** Enquadram-se no regime de substituição total, independentemente de serem imunes ou isentas, as pessoas jurídicas tomadoras dos serviços listados no art. 101, I, da LC 1.520/2017, bem como a Prefeitura, os órgãos da administração pública direta e indireta e as empresas públicas.
 - IV)** O responsável tributário por substituição total está obrigado ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, mesmo que não tenha efetuado a retenção na fonte.
- (A)** Apenas I e III são verdadeiras.
 - (B)** Apenas I, II e III são verdadeiras.
 - (C)** Apenas II e IV são verdadeiras.
 - (D)** Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 14

Sobre as alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN — previstas na LC Municipal nº 1.520/2017, analise as afirmativas:

- I)** A alíquota mínima do ISSQN no Município de Monsenhor Paulo é de 2% (dois por cento) e a máxima é de 5% (cinco por cento), nos termos do art. 117 da LC 1.520/2017.
 - II)** A concessão de isenção, incentivo ou benefício tributário que resulte em carga tributária inferior à decorrente da alíquota mínima é vedada pela LC 1.520/2017, com exceção dos serviços dos subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa.
 - III)** Quando as atividades de serviços do Anexo I forem prestadas por instituições financeiras autorizadas pelo BACEN, o imposto deverá ser calculado na alíquota máxima de 5% (cinco por cento), conforme incluído pela LC 1.749/2022.
- (A)** Apenas I é verdadeira.
 - (B)** Apenas I e II são verdadeiras.
 - (C)** Todas são verdadeiras.
 - (D)** Apenas II e III são verdadeiras.

QUESTÃO 15

O art. 31 da LC Municipal nº 1.520/2017 prevê isenção do IPTU e das Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis para sujeitos passivos que atendam a determinados requisitos. Analise as afirmativas:

- I) Para fazer jus à isenção, o sujeito passivo deve ser pessoa física, não possuir qualquer outro imóvel urbano ou rural, ter área de terreno inferior a 180 m², área construída inferior a 40 m² e não estar — nem ter estado no último ano — em desacordo com a legislação municipal.
 - II) Os requisitos do art. 31 são alternativos: basta que o sujeito passivo preencha ao menos três deles para fazer jus à isenção do IPTU.
 - III) A isenção do art. 31 abrange exclusivamente o IPTU, não alcançando as Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis cobradas conjuntamente com o imposto.
 - IV) Pessoa jurídica proprietária de imóvel com área de terreno de 150 m² e área construída de 35 m², ainda que não possua outros imóveis, não pode se beneficiar da isenção do art. 31, por não atender ao requisito de ser pessoa física.
- (A) Apenas I e IV são verdadeiras.
(B) Apenas II e III são verdadeiras.
(C) Apenas I, III e IV são verdadeiras.
(D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 16

Acerca das alíquotas do IPTU e das vedações expressas previstas na LC Municipal nº 1.520/2017, analise as afirmativas a seguir:

- I) Para imóveis construídos com usos em conformidade com a legislação municipal, a alíquota incidente sobre a parcela do valor venal compreendida entre R\$ 116.000,01 e R\$ 170.000,00 é de 0,7% (sete décimos por cento).
 - II) Para terrenos com usos em conformidade com a legislação municipal cujo valor venal seja de até R\$ 30.000,00, a alíquota corresponde a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).
 - III) A LC 1.520/2017 veda ao Município adotar a superfície do imóvel ou o "status" econômico de seu proprietário como base de cálculo do IPTU, bem como fixar adicional progressivo em função do número de imóveis do contribuinte.
 - IV) O Poder Executivo pode, mediante decreto, atualizar o IPTU em percentual superior aos índices oficiais de correção monetária, desde que a atualização seja motivada e publicada no Diário Oficial.
- (A) Apenas I e IV são verdadeiras.
(B) Apenas I, II e III são verdadeiras.
(C) Apenas II e III são verdadeiras.
(D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 17

Sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições — Simples Nacional — instituído pela LC Federal nº 123/2006 e recepcionado pela LC Municipal nº 1.676/2021, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Simples Nacional é um regime exclusivo para Microempreendedores Individuais — MEI —, não abrangendo as microempresas nem as empresas de pequeno porte.
- (B) No Simples Nacional, o recolhimento do ISSQN devido por microempresas e empresas de pequeno porte é feito em guia separada e exclusiva do Município, de forma independente do documento único de arrecadação federal.
- (C) As alíquotas do ISSQN das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional correspondem aos percentuais fixados para o ISS nos Anexos III, IV, V e VI da LC nº 123/2006, não podendo ser inferiores a 2%.
- (D) A opção pelo Simples Nacional isenta automaticamente a microempresa de todas as obrigações acessórias previstas na legislação tributária municipal, incluindo a emissão de nota fiscal de serviço.

QUESTÃO 18

Sobre a não incidência do ISSQN e o sujeito passivo do imposto, conforme a LC Federal nº 116/2003, analise as afirmativas:

- I) O ISSQN não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País; contudo, os serviços desenvolvidos no Brasil cujo resultado aqui se verifique não se enquadram nessa não incidência, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
 - II) O contribuinte do ISSQN é o prestador do serviço. A lei municipal pode, entretanto, atribuir ao tomador ou intermediário a responsabilidade pelo recolhimento, podendo essa responsabilidade excluir a do contribuinte ou ser a este atribuída em caráter supletivo, abrangendo multa e acréscimos legais.
 - III) A prestação de serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos e os diretores e membros de conselho de sociedades e fundações não são contribuintes do ISSQN, por ausência de fato gerador nessas hipóteses.
- (A) Apenas I é verdadeira.
 - (B) Apenas I e II são verdadeiras.
 - (C) Apenas II e III são verdadeiras.
 - (D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 19

Sobre os procedimentos de cobrança e os critérios de cancelamento administrativo de crédito tributário previstos na Lei Municipal nº 1.748/2022, analise as afirmativas:

- I) Fica autorizado o cancelamento administrativo, de ofício, do crédito tributário quando prescrito, quando o sujeito passivo houver falecido deixando apenas bens impenhoráveis, ou quando o crédito inscrito em dívida ativa for de até 50 UFMs, tornando a cobrança antieconômica.
 - II) O valor de alçada de 2.000 UFMs para ajuizamento de execução fiscal é calculado considerando a soma dos débitos consolidados das inscrições municipais do contribuinte, e o valor consolidado inclui o débito originário atualizado, acrescido de atualização monetária, juros, multa de mora e demais encargos.
 - III) Os débitos inferiores a 2.000 UFMs inscritos em dívida ativa são levados a protesto extrajudicial no cartório competente, sem necessidade de cobrança administrativa prévia.
- (A) Apenas I e II são verdadeiras.
 - (B) Apenas II é verdadeira.
 - (C) Apenas I, II e III são verdadeiras.
 - (D) Apenas II e III são verdadeiras.

QUESTÃO 20

Sobre a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública — CIP — instituída pela Lei Municipal nº 1.594/2018, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A CIP tem fundamento no art. 145 da Constituição Federal, que autoriza os Municípios a instituir contribuições para o custeio de serviços públicos essenciais, como a iluminação pública.
- (B) A CIP tem como fato gerador a prestação dos serviços de iluminação pública e dos sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos, realizada pelo Município, diretamente ou mediante delegação, e tem fundamento no art. 149-A da Constituição Federal.
- (C) A CIP é um imposto de competência municipal, podendo ser cobrado tanto de imóveis urbanos quanto de imóveis rurais, sem qualquer exceção legal.
- (D) A CIP é calculada exclusivamente com base no consumo mensal de energia elétrica aferido pelo medidor de cada unidade imobiliária, não havendo previsão legal para imóveis sem instalação de energia elétrica.

PARTE II — RACIOCÍNIO LÓGICO (Questões 21 a 25)

QUESTÃO 21

Observe a sequência numérica: 1, 3, 7, 15, 31, _____. Qual é o próximo número?

- (A) 51
- (B) 57
- (C) 63
- (D) 47

QUESTÃO 22

Considere as proposições P e Q, onde:

P: "O contribuinte está inscrito no Cadastro Mobiliário."

Q: "O contribuinte emite Nota Fiscal de Serviço regularmente."

Sabe-se que a proposição " $P \rightarrow Q$ " é verdadeira (se inscrito no Cadastro Mobiliário, então emite Nota Fiscal regularmente), e que a proposição Q é falsa (o contribuinte não emite Nota Fiscal regularmente). Com base na lógica proposicional, assinale a alternativa que apresenta a conclusão correta:

- (A) P é verdadeira, pois a veracidade de " $P \rightarrow Q$ " garante que P também é verdadeira.
- (B) P é falsa, pois como " $P \rightarrow Q$ " é verdadeira e Q é falsa, o antecedente P também deve ser falso para que a condicional seja verdadeira.
- (C) Nada se pode concluir sobre P, pois uma condicional verdadeira não permite inferir o valor lógico do antecedente.
- (D) P é verdadeira e Q é verdadeira, pois em uma condicional verdadeira ambos os termos devem ter o mesmo valor lógico.

QUESTÃO 23

Considere a proposição composta: "Se o contribuinte está em dia com o IPTU, então ele não está inscrito em dívida ativa." Sabendo que determinado contribuinte está inscrito em dívida ativa, é CORRETO concluir que:

- (A) O contribuinte pode ou não estar em dia com o IPTU, pois a inscrição em dívida ativa pode decorrer de outros tributos.
- (B) O contribuinte não está em dia com o IPTU, pois pela contrapositiva da proposição, estar inscrito em dívida ativa implica não estar em dia com o IPTU.
- (C) A proposição é falsa, porque é possível estar inscrito em dívida ativa e ainda assim estar em dia com o IPTU.
- (D) Nada se pode concluir, pois a proposição condicional não afirma nada sobre contribuintes inscritos em dívida ativa.

QUESTÃO 24

Cinco fiscais de tributos participaram de um programa de metas. Ao final do mês, a chefia informou que a média aritmética de autuações do grupo foi de 18 por fiscal. As autuações individuais registradas foram as seguintes:

Fiscal A: 14	Fiscal B: 22	Fiscal C: 20	Fiscal D: ?	Fiscal E: 16
--------------	--------------	--------------	-------------	--------------

O registro do Fiscal D foi apagado por erro de sistema. Com base na média informada, qual foi o número de autuações do Fiscal D?

- (A) 16
- (B) 18
- (C) 20
- (D) 22

QUESTÃO 25

Quatro auditores — Ana, Bruno, Carlos e Diana — foram designados para fiscalizar quatro contribuintes diferentes — W, X, Y e Z — sendo cada auditor responsável por exatamente um contribuinte. As seguintes restrições se aplicam:

I) Ana não fiscaliza W nem Z. **II)** Bruno fiscaliza X. **III)** Carlos não fiscaliza Y. **IV)** Diana não fiscaliza W.

Com base nas restrições acima, qual é a única distribuição possível?

- (A) Ana→X, Bruno→W, Carlos→Z, Diana→Y.
- (B) Ana→Y, Bruno→X, Carlos→Z, Diana→W.
- (C) Ana→Y, Bruno→X, Carlos→W, Diana→Z.
- (D) Ana→Z, Bruno→X, Carlos→W, Diana→Y.

PARTE III — NOÇÕES DE PACOTE OFFICE (Questões 26 a 30)**QUESTÃO 26**

Observe a planilha de classificação de contribuintes por faixa de débito abaixo. O servidor precisa criar uma fórmula em C2 que classifique o contribuinte em três categorias: "QUITE" se o débito for zero, "DÉBITO BAIXO" se o débito for maior que zero e menor ou igual a R\$ 1.000,00, e "DÉBITO ALTO" se o débito for superior a R\$ 1.000,00. Qual é a fórmula correta para C2?

	A	B	C
1	Contribuinte	Débito (R\$)	Classificação
2	Alfa Serviços Ltda.	3.200,00	← digitar aqui
3	Beta Consultoria ME	0,00	QUITE
4	Gama Engenharia Ltda.	750,00	DÉBITO BAIXO
5	Delta Tecnologia EPP	4.100,00	DÉBITO ALTO

- (A) =SE(B2=0;"QUITE";SE(B2<=1000;"DÉBITO BAIXO";"DÉBITO ALTO"))
- (B) =SE(B2=0;"QUITE";SE(B2>1000;"DÉBITO BAIXO";"DÉBITO ALTO"))
- (C) =SE(B2<=1000;"DÉBITO BAIXO";SE(B2=0;"QUITE";"DÉBITO ALTO"))
- (D) =SE(B2>1000;"DÉBITO ALTO";SE(B2=0;"DÉBITO BAIXO";"QUITE"))

QUESTÃO 27

Um servidor está redigindo um ofício no Microsoft Word e precisa aplicar formatações rápidas usando o teclado. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE os atalhos para negrito, itálico e sublinhado, respectivamente:

- (A) Ctrl+N, Ctrl+I, Ctrl+S
- (B) Ctrl+B, Ctrl+I, Ctrl+U
- (C) Ctrl+N, Ctrl+T, Ctrl+S
- (D) Ctrl+G, Ctrl+I, Ctrl+S

QUESTÃO 28

Observe a planilha de controle de arrecadação tributária mensal abaixo. O servidor precisa calcular, na célula E6, o total geral somando apenas as células de arrecadação efetiva — B2:D5 — excluindo a coluna de metas (coluna E2:E5). Em seguida, na célula B7, precisa calcular o total arrecadado somente nos meses de Janeiro e Março (colunas B e D), para todos os tributos. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, as fórmulas CORRETAS para E6 e B7:

	A	B	C	D	E
1	Tributo	Jan	Fev	Mar	Meta Anual
2	IPTU	18.500,00	17.200,00	19.100,00	210.000,00
3	ISSQN	9.300,00	8.750,00	10.200,00	115.000,00
4	ITBI	4.200,00	0,00	6.500,00	60.000,00
5	CIP	1.800,00	1.800,00	1.800,00	21.600,00
6	Total Geral				← E6
7	← B7				

- (A) E6: =SOMA(B2:E5) | B7: =SOMA(B2:B5)
- (B) E6: =SOMA(B2:D5) | B7: =SOMA(B2:B5;D2:D5)
- (C) E6: =SOMA(B2:D5) | B7: =SOMA(B2:D5)
- (D) E6: =SOMA(B2:E5) | B7: =SOMA(B2:B5;D2:D5)

QUESTÃO 29

Um servidor precisa criar, no Microsoft Word, um índice remissivo para um extenso Manual de Procedimentos de Fiscalização Tributária, listando termos como "ISSQN", "IPTU", "lançamento de ofício" e "substituição tributária" com as páginas em que aparecem. Qual é o procedimento correto?

- (A) Acessar "Inserir > Sumário Automático" e selecionar os estilos de parágrafo desejados para compor o índice.
- (B) Selecionar cada termo no texto, acessar "Referências > Marcar Entrada" (ou Alt+Shift+X) para inserir campos {XE}, e depois posicionar o cursor no local desejado e clicar em "Referências > Inserir Índice" para compilar o índice remissivo.
- (C) Criar um sumário manual, digitando cada termo e o número de página correspondente, formatando com tabulação e pontos de preenchimento.
- (D) Acessar "Exibir > Mapa do Documento" e exportar o mapa como índice remissivo em formato PDF.

QUESTÃO 30

Um servidor da Secretaria de Fazenda já iniciou uma Mala Direta no Word, selecionou a planilha Excel com os dados dos contribuintes como fonte e inseriu os campos «Nome» e «Endereço» no documento. Agora ele precisa concluir o processo para gerar um arquivo único com todas as cartas mescladas e também pré-visualizar como ficará o documento antes de finalizar. Qual é a sequência CORRETA de etapas na guia Correspondências?

- (A) Clicar em "Verificar Erros" → "Concluir e Mesclar > Editar Documentos Individuais" para gerar o arquivo único; usar "Visualizar Resultados" antes para pré-visualizar.
- (B) Clicar em "Inserir Campo de Mesclagem" novamente para cada campo → depois em "Concluir e Mesclar > Imprimir Documentos".
- (C) Acessar "Referências > Inserir Índice" para compilar os campos e, em seguida, "Arquivo > Exportar" para gerar o arquivo mesclado.
- (D) Clicar em "Selecionar Destinatários > Digitar Nova Lista" para substituir a planilha e então usar "Concluir e Mesclar > Enviar Mensagens de Email".

PARTE IV — LÍNGUA PORTUGUESA (Questões 31 a 35)**Leia o texto a seguir para responder às questões desta parte:**

O exercício da fiscalização tributária municipal pressupõe, não raro, a capacidade de agir em situações que a norma escrita não antecipou com precisão. O agente fiscal se vê, com frequência, diante de fatos econômicos novos — arranjos contratuais atípicos, operações digitais sem precedente regulatório, estruturas societárias complexas — que desafiam a interpretação literal dos dispositivos legais e exigem raciocínio sistemático e teleológico. A transparência e a legalidade, valores fundantes da administração pública, foram progressivamente incorporados à cultura das secretarias de fazenda municipais, de sorte que a atuação do fiscal passou a ser pautada não apenas pelo resultado arrecadatário, mas também pela observância estrita dos procedimentos que garantem ao contribuinte o direito à ampla defesa e ao contraditório. Esse deslocamento de perspectiva — do fisco como adversário para o fisco como parceiro da legalidade — exigiu revisão profunda das práticas institucionais e dos critérios de capacitação dos servidores. A qualificação do quadro fiscal, porquanto indispensável à eficácia da administração tributária, tem sido objeto de atenção crescente nos municípios que reconheceram na profissionalização de seus servidores o principal vetor de incremento sustentável da arrecadação. Foram criados planos de carreira, programas de formação continuada e mecanismos de avaliação de desempenho orientados por metas qualitativas e quantitativas. O fiscal bem formado orienta antes de autuar, esclarece antes de punir e, somente quando esgotadas as vias do entendimento, aplica as sanções previstas em lei — numa progressão que vai do diálogo à coerção, sempre com proporcionalidade. Essa postura não apenas reduz os litígios administrativos, como fortalece a confiança do contribuinte nas instituições públicas e estimula o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias. Compreende-se, assim, que a eficiência arrecadatária não é um fim em si mesma, mas o resultado de um processo contínuo de aperfeiçoamento institucional que envolve, simultaneamente, a qualidade da legislação, a capacidade técnica dos agentes e a disposição do contribuinte para cumprir suas obrigações quando tratado com respeito e transparência.

QUESTÃO 31

De acordo com o último parágrafo do texto, a eficiência arrecadatária é apresentada pelo autor como:

- (A) Um objetivo autossuficiente da administração tributária, que independe da qualidade da legislação e da capacidade técnica dos agentes fiscais.
- (B) O resultado de um processo contínuo de aperfeiçoamento institucional que envolve qualidade da legislação, capacidade técnica dos agentes e disposição do contribuinte para cumprir suas obrigações.
- (C) Uma meta quantitativa a ser alcançada exclusivamente por meio do aumento do número de fiscalizações e autuações realizadas pelos agentes tributários.
- (D) Um fim em si mesmo, sendo o aperfeiçoamento institucional apenas um meio secundário para atingir as metas de arrecadação do Município.

QUESTÃO 32

No segundo parágrafo, o conectivo "de sorte que" introduz uma oração que expressa:

- (A) Causa — indica o motivo pelo qual a transparência e a legalidade foram incorporadas à cultura das secretarias de fazenda.
- (B) Concessão — reconhece que, apesar dos valores fundantes da administração pública, a atuação do fiscal ainda é pautada apenas pelo resultado arrecadatário.
- (C) Consequência — introduz o resultado decorrente da incorporação progressiva dos valores de transparência e legalidade à atuação fiscal.
- (D) Adição — acrescenta mais uma característica positiva à administração tributária municipal sem estabelecer relação lógica com o período anterior.

QUESTÃO 33

No terceiro parágrafo, leia o trecho: "A qualificação do quadro fiscal, porquanto indispensável à eficácia da administração tributária, tem sido objeto de atenção crescente (...)." O conectivo "porquanto" estabelece entre as orações uma relação de:

- (A) Adversidade — indica que a qualificação do quadro fiscal contraria as expectativas sobre a eficácia da administração tributária.
- (B) Causalidade — indica que a qualificação é indispensável à eficácia e, por essa razão, tem sido objeto de atenção crescente; equivale a "porque" ou "visto que".
- (C) Concessão — reconhece a indispensabilidade da qualificação antes de apresentar uma ressalva sobre os limites de sua eficácia.
- (D) Consecutividade — indica que a qualificação do quadro fiscal é tão intensa que se tornou indispensável à eficácia da administração tributária.

QUESTÃO 34

Releia o trecho do primeiro parágrafo: "O agente fiscal se vê, com frequência, diante de fatos econômicos novos — arranjos contratuais atípicos, operações digitais sem precedente regulatório, estruturas societárias complexas — que desafiam a interpretação literal dos dispositivos legais e exigem raciocínio sistemático e teleológico." Sobre a estrutura e as funções sintáticas presentes nesse período, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A oração "que desafiam a interpretação literal dos dispositivos legais e exigem raciocínio sistemático e teleológico" é uma oração subordinada adjetiva explicativa, pois acrescenta informação acessória sobre "fatos econômicos novos", podendo ser suprimida sem prejuízo à completude do período.
- (B) Os termos "arranjos contratuais atípicos, operações digitais sem precedente regulatório, estruturas societárias complexas", destacados entre travessões, exercem função de aposto enumerativo de "fatos econômicos novos", detalhando e exemplificando o sentido do termo antecedente.
- (C) A expressão "com frequência" é um adjunto adverbial de modo, indicando a maneira como o agente fiscal age diante dos fatos econômicos novos.
- (D) A oração "que desafiam a interpretação literal dos dispositivos legais" é uma oração subordinada adverbial causal, pois indica a razão pela qual o agente fiscal precisa de raciocínio sistemático.

QUESTÃO 35

No quarto parágrafo, a frase "O fiscal bem formado orienta antes de autuar, esclarece antes de punir e, somente quando esgotadas as vias do entendimento, aplica as sanções previstas em lei — numa progressão que vai do diálogo à coerção" apresenta uma figura de linguagem caracterizada pela disposição dos elementos em ordem crescente de intensidade. Essa figura é:

- (A) Antítese, pois "diálogo" e "coerção" são conceitos opostos colocados em confronto direto.
- (B) Eufemismo, pois "esgotadas as vias do entendimento" suaviza a ideia de que o fiscal falhou na negociação com o contribuinte.
- (C) Gradação (ou clímax), pois as ações "orientar", "esclarecer" e "aplicar sanções" estão dispostas em sequência de intensidade crescente, culminando na medida mais severa.
- (D) Metonímia, pois "diálogo" substitui o conjunto de instrumentos de comunicação utilizados pelo fiscal no processo de orientação.

PARTE V — MATEMÁTICA (Questões 36 a 40)**QUESTÃO 36**

Durante fiscalização, o Fiscal de Tributos lavrou Auto de Infração contra um prestador de serviços que deixou de recolher ISSQN em três competências consecutivas, com valores principais distintos. Na data do auto (apurado com juros simples de 1% ao mês e multa de ofício de 75% sobre o total do principal), os débitos estavam em atraso há 4, 3 e 2 meses, respectivamente. Os valores devidos por competência eram:

- Janeiro: R\$ 600,00 — 4 meses de atraso
- Fevereiro: R\$ 900,00 — 3 meses de atraso
- Março: R\$ 500,00 — 2 meses de atraso

Qual é o valor total do Auto de Infração (principal + multa de ofício + juros simples)?

- (A) R\$ 3.500,00
- (B) R\$ 3.561,00
- (C) R\$ 3.650,00
- (D) R\$ 3.510,00

QUESTÃO 37

Conforme a tabela de alíquotas da CIP do Município de Monsenhor Paulo (Lei Municipal nº 1.594/2018), a Tarifa de Iluminação Pública vigente é de R\$ 200,00. Um estabelecimento comercial possui consumo mensal de 1.200 kWh. Um vizinho residencial consome 80 kWh por mês. Com base nas faixas da tabela (51–100 kWh = 3,5%; 1.001–2.000 kWh = 10%), qual é a diferença mensal entre o valor de CIP pago pelo estabelecimento comercial e o valor pago pelo vizinho residencial?

- (A) R\$ 6,00
- (B) R\$ 13,00
- (C) R\$ 20,00
- (D) R\$ 7,00

QUESTÃO 38

Em Monsenhor Paulo, um contribuinte possui um imóvel construído, conforme a LC Municipal nº 1.520/2017. O valor venal do imóvel é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em conformidade com a legislação municipal. Calcule o IPTU devido por esse contribuinte, aplicando as alíquotas progressivas previstas na LC 1.520/2017 para imóveis construídos:

Faixas: até R\$ 80.000,00 → 0,5%	R\$ 80.000,01 a R\$ 116.000,00 → 0,6%	R\$ 116.000,01 a R\$ 170.000,00 → 0,7%	R\$ 170.000,01 a R\$ 251.000,00 → 0,8%.
-------------------------------------	--	---	--

- (A) R\$ 1.246,00
- (B) R\$ 1.600,00
- (C) R\$ 1.108,00
- (D) R\$ 1.000,00

QUESTÃO 39

A arrecadação mensal do ISSQN em um determinado mês foi de R\$ 180.000,00. Desse total, 35% referem-se a serviços prestados por pessoas jurídicas e o restante a retenções na fonte por tomadores. Qual é o valor arrecadado por meio de retenções na fonte?

- (A) R\$ 63.000,00
- (B) R\$ 117.000,00
- (C) R\$ 108.000,00
- (D) R\$ 72.000,00

QUESTÃO 40

A Secretaria Municipal de Fazenda apurou que o contribuinte pessoa física João da Silva, autônomo de nível superior, deixou de recolher o ISSQN anual durante dois exercícios consecutivos. Considerando que a UFM — Unidade Fiscal Municipal — vale R\$ 50,00 e que a alíquota para profissional de nível superior é de 150 UFMs por exercício, e que sobre o débito incide multa de mora de 75% sobre o valor do principal atrasado, qual é o valor total a ser pago por João, considerando apenas o principal e a multa (sem juros)?

- (A) R\$ 26.250,00
- (B) R\$ 15.000,00
- (C) R\$ 22.500,00
- (D) R\$ 18.750,00